

Por Alexandre Sammogini



A quarta palestra do Seminário Dever Fiduciário abordou o tema “O que revela a pesquisa de riscos do sistema de Previdência Complementar Fechada?”, contando com a apresentação de Carlos Alberto Barros, Sócio na Barra, Barros e Roxo Advogados. O painel teve também a participação de Marcelo Côrtes da Cruz e Ana Cristina Nogueira Dias, Coordenadores Titular e Suplente, respectivamente, da Comissão Técnica Sudeste de Governança e Riscos da Abrapp. A mediação ficou por conta de Adriana Carvalho Vieira, Secretária Executiva do Colégio de Coordenadores de Governança e Riscos da Abrapp.

Carlos Alberto Barros realizou a apresentação das principais informações e comentários sobre o levantamento, que já está em sua segunda edição. O objetivo da pesquisa é promover uma melhor reflexão das entidades fechadas sobre os riscos que podem comprometer a consecução da finalidade das fundações, seguindo o conceito da gestão baseada em riscos.

“Queremos estimular que as pessoas pensem e avaliem internamente quais são os principais riscos, dentro de um rol, e fazer um acompanhamento, para que possamos ter uma fotografia da visão do risco das entidades fechadas de previdência complementar no curso dos anos, lembrando que este projeto prevê a realização periódica da pesquisa”, destacou Adriana Carvalho Vieira. Ela explicou que a primeira edição da pesquisa foi realizada no ano passado, e agora apresenta os resultados de sua segunda edição em 2022, permitindo a comparação da evolução da percepção de risco.

“Os resultados nos indicam caminhos, mostram pontos de atenção, que podem orientar a atuação voltada para a mitigação dos riscos. Os cenários são desafiadores e a maior atenção aos riscos ajudam a prevenir problemas que podem prejudicar o desempenho dos planos”, disse Adriana. A pesquisa é capaz de servir também de subsídio para atuação institucional da própria Abrapp e de todas as suas associadas. Ela agradeceu ao trabalho dos membros da CT Técnica da Regional Sudeste e do trabalho do consultor envolvidos na elaboração da pesquisa.

Principais resultados - O relatório da pesquisa produziu um ranking dos principais riscos do

sistema de EFPCs. Em sua apresentação, Carlos Alberto Barros destacou a grande participação no levantamento, que contou com respostas de 100 entidades – superando a marca de 88 EFPC que participaram da primeira edição. Os respondentes estão espalhados por todas as regionais da Abrapp, distribuídos em 12 estados mais o Distrito Federal.

Os cinco maiores riscos apontados em 2022 foram os seguintes: macroeconômico, regulamentação, taxas de juros, desempenho dos investimentos e cibernético. Assim como no ano passado, o relatório deste ano traz análises sobre os resultados com cortes por regionais, por porte de patrimônio das entidades, por número de planos, tipo de patrocínio (Leis 108 e 109), por quantidade de colaboradores, tipo de gestão dos recursos garantidores (interna, terceirizada ou mista).

Realizando uma comparação entre as duas edições da pesquisa, o risco macroeconômico se manteve em primeiro lugar. Na segunda posição deste ano, apareceu o risco de regulamentação, que havia ficado na quarta posição em 2021. O risco das taxas de juros caiu da segunda para a terceira posição, seguido pelo desempenho de investimentos (caiu uma posição) e o cibernético, que se manteve na quinta colocação. O risco cibernético continua no grupo dos maiores riscos, entre outros fatores, à implementação das exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Ele analisou que, devido ao ciclo de alta dos juros, é possível que as entidades estejam se sentindo um pouco menos pressionadas pelos riscos dos ativos. “Há uma menor pressão sobre o ambiente econômico, que inclui os juros, crédito e macroeconomia”, comentou. Em outro indicador da pesquisa, houve redução de 0,12% na pressão sobre o grupo de indicadores econômicos. Já o grupo ASGI (ambiental, social, governança e integridade) registrou queda mais significativa de 0,42% na pressão de riscos.

O advogado explicou que é possível que em 2021 o ASGI tenha registrado um pico em função da pandemia, mas que houve um alívio na percepção de risco neste ano. Isso não quer dizer que o grupo perdeu importância. O risco da pandemia apresentou grande queda, da sétima posição no ano passado, para a vigésima segunda em 2022. Em outro destaque de queda, o item gerenciamento de mudanças caiu da oitava para a décima primeira posição. Já os grandes saltos para cima ocorreram com a regulamentação, tecnologia, práticas comerciais e talento humano.

Comentários - Marcelo Côrtes da Cruz expressou sua satisfação em levar informações da pesquisa que ele julga de grande relevância para o sistema. “Os resultados espelham de forma bastante aderente os riscos que preocupam as entidades”, disse. Ele deu como exemplos, a ascensão dos riscos de concorrência e de talento humano entre as duas edições da pesquisa. “As informações do levantamento podem servir de apoio ao planejamento estratégico e tomada de decisões das entidades. Podem indicar quais os tipos de soluções e providências a serem tomadas”, comentou. Ele destacou ainda o aumento da participação das entidades da primeira para a segunda edição.

Ana Cristina Nogueira Dias coincidiu que os resultados formam um importante subsídio para o trabalho das próprias Comissões Técnicas da Abrapp e de suas associadas. Ela destacou que houve uma queda geral na percepção de risco entre os dois levantamentos que se deve, em sua interpretação, ao arrefecimento da própria pandemia. Já o risco denominado de talento humano, ela atribuiu a uma necessidade de redução de custos, ao mesmo tempo que é preciso contar com mão-de-obra de profissionais muito qualificados.

O 3º Seminário Dever Fiduciário contou com patrocínio ouro da JGP Asset Management e da GTIS Partners; e patrocínio bronze da Apoena.

Acompanhe a cobertura completa do evento no Blog Abrapp em Foco.

Fonte: [Abrapp em Foco](#), em 29.09.2022.